



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

***REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO  
SUBCOMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA  
DO ALTO TIETÊ - PINHEIROS PIRAPORA  
26 DE ABRIL DE 2005***

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de 2005, às 10h45, no Grêmio Recreativo Esportivo Municipal (GREM), localizado à Praça dos Poderes Municipais, s/nº, no Município de Pirapora do Bom Jesus, SP, realizou-se, sob a presidência do Exmo Sr. Prefeito Municipal de Pirapora do Bom Jesus, Dr. Raul Silveira Bueno Junior, secretariado por Carlos Eduardo Guimarães do Nascimento, a Reunião Plenária Ordinária do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Pinheiros Pirapora, com Ordem do Dia, conforme a Convocatória nº 002/2005, abaixo transcrita:

1. Leitura e aprovação da ata da Reunião Plenária, ocorrida em 15 de dezembro de 2004;
2. Informes sobre o processo eleitoral 2005;
3. Apresentação do empreendimento Pequena Central Hidroelétrica Pirapora, atualmente em processo de licenciamento ambiental junto ao Departamento de Avaliação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
4. Assuntos diversos.

O Presidente, inicialmente, agradeceu a presença e convidou para compor a mesa o Vice-Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, sr. Elias, o Presidente da Câmara dos Vereadores, sr. Geraldo Bugallo Gomes, os vereadores presentes: Luís, Amauri, Dani, Edílson e abriu os trabalhos, pela ordem do dia, passando a palavra, para leitura e aprovação da ata da última reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004, ao secretário Carlos Eduardo Guimarães do Nascimento, que perguntou se havia, pelos membros presentes do Subcomitê, alguma modificação à ata anterior, que foi enviada por e-mail a todos. Como não houve manifestação em contrário, a ata foi considerada aprovada.

Passando, em seguida, ao segundo item da pauta, que informa sobre o processo eleitoral 2005, disse que como deveriam saber os que fazem parte do Sistema, o processo de renovação do Comitê e dos Subcomitês deveria ter acontecido em março último, mas que, por problemas no cadastramento e nas regras do processo eleitoral para a Sociedade Civil, houve vários questionamentos dentro do Comitê do Alto Tietê, fazendo com que o processo fosse prorrogado pelos últimos dois meses, tendo se encerrado o prazo para as inscrições na semana retrasada. Houve reunião na última quarta-feira para se fazer a avaliação de todas as entidades da Sociedade Civil, para ver quais preenchem efetivamente os requisitos para que, depois, se marque uma eleição dos membros da Sociedade Civil. Em paralelo, deverá haver a renovação dos representantes dos Municípios e do Estado. Portanto, nos próximos dias, a Secretaria Executiva do Subcomitê vai enviar uma correspondência a todos os municípios que o compõem e todas as entidades que representam o elemento Estado, para que façam a atualização de seus representantes.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Aproveitou também para informar que vai convocar uma reunião da comissão eleitoral do Subcomitê, provavelmente na próxima semana, para definir o local onde deverão ocorrer as eleições do segmento da Sociedade Civil. Depois dessa explanação, perguntou se alguém teria alguma dúvida com relação ao processo eleitoral que iria ocorrer. Não houve manifestações.

Em seguida, passou a palavra ao presidente, o Prefeito Raul para passar ao terceiro item da pauta.

O presidente informou novamente o conteúdo do terceiro item da pauta, dizendo que a apresentação seria feita por representantes da EMAE, a quem agradeceu a presença. Pediu, em seguida, como Prefeito de Pirapora e como Presidente do Subcomitê, se houvesse membros da Secretaria do Meio Ambiente ou da CETESB presentes, a agilização desse processo dentro da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, em função do sofrimento de Pirapora, principalmente no ano anterior, quando Pirapora foi vista no país e no exterior como a cidade das espumas gigantes, fator que afetou sensivelmente o turismo da cidade, que é sua principal vocação, uma vez que as famílias de Pirapora vivem principalmente do turismo religioso, drasticamente afetado pela poluição do rio e da maneira com que foi divulgada na mídia. Disse considerar um absurdo a demora para a licença de um projeto como esse, que não tem impacto ambiental negativo, mas sim, muito positivo, pois acaba com o problema existente no município. Pelo respeito que Pirapora merece, com relação às suas tradições, ao seu povo, e pelo que representa como estância turística para o Estado de São Paulo, deverá haver uma atenção maior por parte da Secretaria de Meio Ambiente e da CETESB, agilizando esse processo que, além de gerar energia para o município, pois há um parque industrial que está sendo desenvolvido em Pirapora, acarretará uma melhora significativa na qualidade de vida dos habitantes do município, que não têm nada a ver diretamente com a origem do problema, pois Pirapora recebe a poluição gerada por outros municípios. Fez menção à verba de R\$ 40.000,00, que nunca foi recebida, solicitada ao Governo do Estado, por intermédio de seus órgãos competentes, para que fosse feito um estudo por especialistas sobre o volume da poluição que atinge Pirapora. Perguntou à CETESB e à Secretaria do Meio Ambiente se há algum outro município que sofra tanto com os efeitos da poluição e quais foram os motivos para Pirapora ter sido cortada da concessão dessa verba pequena, mas significativa para o município, para a execução dessa análise, pois sempre que se vai discutir os efeitos da poluição em Pirapora, nos seminários e outros eventos, as pessoas perguntam qual é a intensidade da poluição, que problemas de saúde ocorrem, qual o tamanho da espuma, e não há nenhum estudo científico em relação a isso. Disse que dá a impressão de que as pessoas que analisaram o pedido da verba para a execução da análise, não querem que se oficialize a existência da poluição no município de Pirapora, o que seria lamentável.

Salientou que quer trabalhar em conjunto com os órgãos governamentais, tanto quanto o quer o Governador, que visitou o município e mostrou preocupação pessoal com a poluição existente, querendo acabar com a idéia de ser a cidade da poluição, para ser, sim, a do santo padroeiro. Reiterou o pedido aos técnicos do Estado, aos membros do Subcomitê, da Sociedade Civil organizada e dos representantes das prefeituras que ajudassem a combater os efeitos de Pirapora estar recebendo os dejetos da região metropolitana.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Passou, em seguida, a palavra ao Secretário Executivo que prestou esclarecimentos com relação ao procedimento adotado nesta plenária, uma vez que, além de ele ser o Secretário Executivo do Subcomitê, é também funcionário da EMAE e responsável técnico pelo licenciamento ambiental e, dessa forma, solicitou ao presidente seu afastamento da mesa durante a apresentação do item três da ordem do dia, por estar envolvido no processo de licenciamento, e assim garantir a idoneidade do processo, além de comunicar que a presente ata, apesar de ser por ele assinada, é resultado da transcrição da gravação de toda a plenária, elaborada por empresa contratada pela EMAE.

Apresentou-se o Dr. Antonio Bolognesi, Diretor de Geração da EMAE, e deu início à exposição, cumprimentando, em nome da EMAE, o sr. Prefeito de Pirapora, os srs. Vereadores, membros da Sociedade Civil organizada e membros do Subcomitê, e agradecendo a oportunidade de estar apresentando o projeto, que é bastante importante para a cidade de Pirapora como também para a EMAE, pois seu negócio é geração de energia elétrica, sendo que a empresa tem um compromisso muito forte com a questão ambiental. Informou que a apresentação iria ser feita em duas etapas. Primeiramente, a apresentação do projeto propriamente dita e, em seguida, a projeção de um filme, realizado sobre um estudo do Centro Tecnológico de Hidráulica da USP, onde foi construído um modelo em escala reduzida desse projeto da usina, onde se demonstrou cientificamente a eficiência com relação à redução da espuma.

Iniciando a apresentação pela introdução:

Localização: Pirapora do Bom Jesus, no rio Tietê, bem junto à barragem;

Objetivo: Geração de energia elétrica, aliada à melhoria das condições ambientais de Pirapora;

Apresentou um mapa da região metropolitana de São Paulo, mostrando a represa Billings, a cidade de São Paulo e onde está Pirapora, ao lado do rio Tietê. Informou que a usina terá a potência de 25 MW, tendo o empreendimento um valor de R\$ 68 milhões, ressaltando que esse valor é dessa monta por não haver necessidade de desapropriação por já existir o lago e a barragem. O prazo de construção, após a assinatura do contrato de execução é em torno de 2 anos. A estrutura é composta pela barragem de concreto com um descarregador de superfície e duas comportas de superfície, e um túnel de descarga. O empreendimento, uma PCH (Pequena Central Hidroelétrica – usina com capacidade instalada de até 30 MW), vai ter a construção de um canal de adução, que ficará em cima, próximo à barragem e vai levar a água até uma tomada d'água e situar-se-á ao lado direito de quem olha a barragem de frente, onde será construído um túnel que levará a água de cima até a casa de força. Imediatamente após a casa de força, haverá um canal de fuga; terá uma subestação elétrica onde a energia gerada será transformada para ser enviada ao sistema de distribuição de energia, e uma linha de transmissão de aproximadamente 1.200 m de comprimento.

Salientou que é importante dizer que a antiga Light, antecessora da Eletropaulo e da EMAE, quando construiu a barragem, na década de 50, já tinha idéia de construir uma usina nesse local, e, para isso, já deixou tudo “no jeito”, isto é, áreas desapropriadas e uma faixa onde passaria a linha de transmissão.

Mostrou onde ficam o reservatório, a barragem e onde serão construídos a casa de força, a tomada d'água, e o maciço de rocha por onde vai passar o túnel.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Em seguida, apresentou o histórico do licenciamento ambiental. O processo é o 135403, da Secretaria de Meio Ambiente, tendo sido feita, em fevereiro de 2003, uma consulta ao DAIA – Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – em outubro foi feita a esse departamento apresentação do inventário hidroelétrico, pois essa obra não depende apenas da Secretaria de Meio Ambiente, depende também da Agência Nacional de Energia Elétrica, que é quem concede autorização para que um concessionário ou um produtor independente construa uma usina no Brasil.

Dessa forma, está sendo seguida toda a legislação brasileira, “não só quanto ao licenciamento ambiental, como também com relação à documentação necessária para que haja a aprovação do Governo Federal para a construção desse empreendimento. Esse passo, que antecedeu propriamente ao licenciamento ambiental foi a elaboração de um inventário, onde se faz um estudo das capacidades remanescentes de geração ao longo de um rio.” Foi feito esse estudo ao longo do rio Tietê e ficou comprovada a existência de um potencial hidroelétrico, ou seja, a capacidade de se construir uma central de geração na cidade de Pirapora.

Em janeiro de 2004, o DAIA manifestou-se sobre a necessidade de se preparar um estudo ambiental, que se denomina Relatório Ambiental Preliminar. Esse é um relatório bastante completo, e de dezembro 2004 a janeiro de 2005, foram feitos os estudos de como vai ficar o arranjo da usina. Em dezembro, foi entregue esse Relatório Preliminar ao DAIA e, no mesmo mês, foi feita a publicação do aviso no Diário Oficial e também no Jornal Valor Econômico, além de uma divulgação de aviso na Rádio Mais FM. Em janeiro de 2005, a publicação do aviso no jornal de Pirapora – tendo havido uma pequena diferença de tempo em função da periodicidade do jornal – e, em março, o DAIA solicitou que o empreendimento fosse apresentado neste Subcomitê. Dessa forma, está sendo seguida a rotina orientada pelo DAIA.

Na estrutura do estudo tem o objetivo do licenciamento, justificativa e caracterização do empreendimento e legislação que incide sobre esse estudo.

Foi deixada uma cópia completa desse estudo para o Subcomitê, para que qualquer membro do Subcomitê ou da sociedade local possa consultar e tirar qualquer dúvida. Além disso, deixou-se o corpo de técnicos da EMAE à disposição de todos os cidadãos que quiserem tirar qualquer dúvida com relação ao empreendimento.

Em continuação à apresentação da estrutura do Relatório Ambiental, o Diagnóstico Ambiental preliminar da área de influência:

Em relação ao meio físico – no que diz respeito à geologia e à geomorfologia, isto é condições do solo e do terreno; hidrografia – comporta das águas; clima e condições meteorológicas.

Em relação ao meio biótico – toda a vegetação nativa e a fauna.

Meio antrópico – região metropolitana de São Paulo e sub-região urbana de Pinheiros Pirapora, o município de Pirapora. Antrópico é a relação do homem com o meio.

Ainda no Diagnóstico Preliminar de área de influência:

Planos e Programas governamentais incidentes

Identificação dos impactos ambientais e medidas preventivas mitigadoras e compensatórias;

Bibliografia empregada

Equipe técnica

Todos os anexos – evolução da qualidade da água, formação de espuma, etc.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Foi falado sobre a importância ao acesso do local da obra, que foi cuidadosamente estudado, para que houvesse a menor interferência possível com a vida da cidade. Foi escolhido um acesso junto à montante, via uma estrada vicinal, junto ao km 42 da Estrada dos Romeiros; e o acesso à jusante, atravessando o rio Tietê, com 100m de extensão e 6m de largura. Foram escolhidos esses locais para não interferir com a população do lado direito da obra, pois em outro caso poderia haver a necessidade de remoção de moradores e haveria uma interferência muito forte. Assim, preferiu-se construir uma espécie de ponte, suficiente para passar um caminhão para transportar equipamentos e tudo o mais.

Com relação a impactos ambientais nas obras do canal de adução e tomada d'água vai haver uma escavação de aproximadamente 106.000m<sup>3</sup> de solo, 6.000 de rocha e 3.000 de sedimentos e aterro de 5.800m<sup>3</sup>. Salientou-se a importância de que não haverá nenhum transporte de material da obra para outro local. Todo material será "ajeitado" na obra. A rocha que sairá da escavação para se fazer o túnel, será utilizada para fazer uma ensecadeira para que se possa construir a casa de força, e serão feitos aterros com material da obra. A obra foi projetada para não interferir em outros locais que não ela mesma.

O túnel de adução vai ser construído na margem direita de quem olha a barragem de frente, descendo paralelamente à barragem, cortando a rocha por dentro.

A casa de força ficará, olhando a barragem de frente, na região logo depois de onde haverá a descarga, na primeira curvinha. Não é uma casa de força muito grande, por ser a usina uma pequena central, de forma que trará um impacto também muito pequeno.

A sub-estação e a linha de transmissão vão ter uma escavação em solo e um aterro de 39.000m<sup>3</sup>, com material da própria obra.

As áreas de empréstimo e bota-fora são contidas na região da própria obra.

Para o ramal das linhas de transmissão optou-se por fazer o alteamento das torres e da linha – que é relativamente curta, com pouco mais do que 1 km – e serão torres bastante altas para minimizar a supressão de vegetação no local. É uma faixa pequena, de aproximadamente 1.500m<sup>2</sup>, e tem alguns arbustos e árvores que deverão ser suprimidos, mas que vão ter uma compensação em plantio de outra vegetação.

Basicamente, não haverá impacto para a fauna, pois a área já está impactada, não se alterando praticamente nada.

Com relação à ictiofauna nada acontece, pois a qualidade da água não permite a existência de peixes. Espera-se que, dentro de alguns anos, isso seja possível, mas hoje não é.

Com relação à vegetação será muito pouco significativo o impacto, pois ocorrerá sobre pequenos fragmentos florestais, em estágio secundário, inicial de geração e capoeirão.

Para o município há um impacto importante e positivo; imagina-se que, ao longo dos 2 anos da obra, serão criados cerca de 200 postos de trabalho, na fase de construção do empreendimento, pois as empreiteiras que constroem têm a tendência de aproveitar muito fortemente a mão-de-obra local. O reflexo sobre o comércio é positivamente relevante, pois, sejam esses contratados do município ou de fora, com o movimento da obra haverá também movimentação do comércio. Há reflexos sobre a arrecadação de tributos não só pela maior movimentação como também pelos serviços que serão executados no município, aumentando a arrecadação do ISS, como também, em função da alteração de áreas, deverá haver incremento no IPTU. Como ponto negativo, há o aumento do tráfego de veículos, que é um desconforto temporário, durando enquanto durar a obra.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Com relação à operação da usina, haverá um trecho curto-circuitado de aproximadamente 200m – trecho onde a água deixa de circular, isto é, quando ela passa por dentro do túnel e pela casa de força, onde estão as turbinas. Nesse trecho ao invés da água passar pela barragem, passa pelo túnel e, assim, deixa de formar a espuma. Assim, esse curto circuito do rio, quando ele deixa de passar pela barragem para passar pelo túnel e pela casa de força, dentro da usina, vai fazer com que o problema ambiental da cidade deixe de existir.

É importante mencionar que esses 25 MW, que significam energia suficiente para alimentar 75.000 residências ou uma cidade de 300.000 pessoas, poderão ser exportados pela cidade de Pirapora, pois ela, por ter necessidade de menos do que isso, por ser uma cidade menor.

Outro impacto importante, como foi ressaltado pelo Dr. Raul, é uma drástica redução da espuma a jusante. Isso, fora a geração de energia, é o maior benefício que uma usina elétrica já trouxe para uma comunidade, pois é um problema que não dá para se resolver rapidamente, mas que a usina vai resolver de maneira bem eficiente.

Medidas preventivas e mitigadoras – As áreas de influência desse empreendimento já estão antropizadas desde a década de 50, pois a influência do homem aí existe desde então – não se está começando a explorar essa área agora. Dessa forma, esse empreendimento é importante porque reduz impactos negativos. O túnel, por ser subterrâneo, não vai exercer nem visualmente impacto. O ramal da linha de transmissão foi projetado para reduzir, ao máximo, a supressão vegetal, pois os fios ficarão em torres bastante altas – mais altas do que o padrão, de modo que não haverá necessidade de se mexer muito com a vegetação. Para as estradas de acesso estão previstas manutenções periódicas, pois isto é necessário para que o empreendimento possa operar. O acesso de jusante vai evitar a pavimentação de aproximadamente 12.000m<sup>2</sup> em área de proteção permanente e não será necessário mexer-se com as famílias da região próxima à Estrada dos Romeiros.

Outra coisa interessante, que já foi comentada, é que os bota-foras são dentro dos limites do empreendimento, o acesso é restrito. Apesar de esses materiais não serem contaminados ou perigosos, será feita uma impermeabilização e será isolada da área de deposição.

Com relação à supressão vegetal de aproximadamente 1.500m<sup>2</sup>, serão replantados aproximadamente 3.000m<sup>2</sup> em áreas do próprio empreendimento ou em áreas da região.

Haverá uma drástica redução da espuma e para garantir isso é necessário que haja uma vazão de 140m<sup>3</sup> por segundo pela casa de força, pois não haveria cabimento fazer um empreendimento desse tipo e deixar a água fluindo pela barragem, o que provocaria a continuidade da espuma. Só passará água pela barragem quando houver necessidade de uma vazão maior do que 140m<sup>3</sup> por segundo, em função do controle de cheias, mas que não acarretaria a formação de espuma, pois, quando há um volume maior de água e a ação das chuvas, a concentração de detergentes é menor.

Como a implantação é em imóvel próprio da EMAE, não há necessidade de desapropriações e de se mexer com a vida das pessoas que moram próximas ao empreendimento. É uma obra contida e de pequeno impacto no seu entorno.

Conclui-se, pois, que o aproveitamento hidroelétrico é viável, não só no aspecto ambiental, como também no técnico, hidráulico e elétrico, e ainda no aspecto do negócio de energia elétrica. Os impactos ambientais negativos são reduzidos e pontuais, uma vez que a barragem e o reservatório já existem.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

O grande impacto de uma usina hidroelétrica é a formação do lago, pois, nesse caso, é necessária a remoção de comunidades, alagar áreas com vegetação, formar a barragem e uma série de outros problemas. No caso presente, não há esse impacto. Ele aconteceu há mais de 50 anos.

Atualmente, a PCH é a forma de geração de energia menos impactante. Inclusive, para a atual legislação brasileira é considerada energia alternativa.

Outros impactos importantes são o aumento da oferta de energia em 25 MW, uma drástica redução na formação de espuma e as regras operativas continuarem vinculadas ao controle de cheias.

É importante ver na imagem da usina de Porto Góes que a água que desce pela cascata, ao lado da usina, forma grande quantidade de espuma. A água que sai da usina, quando encontra a espuma, até abate a espuma. Dessa forma, como também na usina de Rasgão, a usina ajuda a reduzir a espuma.

Passou-se, em seguida um filme do modelo reduzido, criado na USP, que o Prefeito Raul comentou ter visitado. Esse estudo foi feito, levando-se em conta todos os critérios científicos, de acordo com as normas técnicas brasileiras e internacionais e com toda a experiência que o pessoal do Centro Tecnológico de Hidráulico da USP tem, além de ter sido contratado um pesquisador para dar apoio científico no estudo de concentração de espumas, para fazer essa análise e fazer com que o modelo desse um resultado mais próximo possível da realidade. O resultado já era sabido, mas era uma observação técnica. Era necessária uma prova científica com base em modelos e critérios acadêmicos, que provasse, a quem tivesse qualquer dúvida, que a usina irá acabar com o problema da espuma.

Após a projeção do filme, o Secretário-Executivo tomou a palavra, dizendo que toda a equipe técnica presente da EMAE estava à disposição para responder qualquer pergunta ou esclarecer qualquer dúvida dos presentes com relação ao empreendimento.

Foi pedida e dada a palavra à Dra. Meire Pizelli, vice-presidente do Subcomitê da Bacia Hidrográfica, representando a Sociedade Civil, representa a OAB, subseção Osasco. Perguntou qual é a contrapartida e qual a compensação ambiental e pediu resposta a essas duas perguntas inicialmente, para que depois pudesse propor algo. Em adendo a essa pergunta, a Sra Márcia Maria do Nascimento, da Secretaria do Meio Ambiente, perguntou ainda se estamos tratando de um estudo de impacto ambiental ou de um RAP.

O Sr. Carlos Nascimento respondeu, a pedido do Dr. Bolognesi, dizendo que as compensações ambientais do empreendimento ficaram muito claras na primeira parte da apresentação. A primeira é que haverá uma forte redução na formação de espumas em Pirapora. Com relação às demais compensações ambientais haverá o plantio de 3.000 m<sup>2</sup> de espécies arbóreas para compensar os 1.500 m<sup>2</sup> de supressão de espécies arbóreas e vegetação rasteira, além da implantação de um parque em imóvel da EMAE, às margens do Tietê, que é um antigo pleito do município. Procurou-se evitar qualquer impacto; dessa forma, projetou-se fazer a travessia dos veículos por cima do rio, para não fazer a intervenção em APP. Num RAP o caminho é mais curto; se a SMA exigir um EIA/RIMA terá que ser seguido um ritual mais longo. A EMAE está propondo que 0,5% do valor da obra, conforme a lei, seja investido para compensação, no que se insere a construção do parque e outros investimentos na região.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

A Sra Márcia lembrou que isso não é obrigatório no RAP. Mas, o Dr. Carlos disse que a EMAE já adotou esse procedimento no RAP, adiantando-se à exigência se o caminho for o EIA/RIMA.

Com a palavra o Sr. Astrogildo Caetano, morador de Pirapora, que quis saber se a hidroelétrica vai reduzir a espuma, mas não vai acabar com a poluição.

A Dra. Meire colocou que, em sua opinião, o empreendedor tem de cumprir a sua responsabilidade social no município onde está se instalando o empreendimento. Dessa forma, ela entende que deveria ser feita uma avaliação mais profunda para que se possa ter garantia de que esse município não venha a sofrer mais danos do que já sofre hoje. “Hoje, 12 municípios são responsáveis pela poluição do rio Tietê, em Pirapora do Bom Jesus. Entre Salesópolis até Santana do Parnaíba, todos os esgotos são despejados sem nenhum tratamento. Então, não adianta falar: Vamos fazer a despoluição do rio Tietê. Não se despolui o rio Tietê sem que todos os municípios façam a despoluição de seus rios, ou seja, tenha saneamento, coleta de esgoto, coisa que quase nenhum município desses doze tem”.

“Mitigar a poluição é uma obrigação. Não vejo nenhuma compensação com relação a isso. É o compromisso, é a responsabilidade de, no mínimo, reduzir essa espuma. E o odor? Como é que fica? O mau cheiro vai também ser tirado?”

Colocou ainda que não se trata de favor. O que as pessoas de Pirapora precisam é que cada um cumpra com sua responsabilidade. Quis saber também o que a EMAE propõe em benefício dessa população, além de acabar com a espuma. E ponderou que, com relação à supressão de vegetação, não se replanta biodiversidade através do plantio de “mudinhas”. E sugeriu que se transplantasse a vegetação ao invés de plantarem-se novas mudas, além de que, os grandes empreendimentos fizessem, a partir de agora, aquisição de áreas florestadas, para que se possa ir transformando essas áreas em unidades de conservação, para ter garantia de que, no futuro, essas áreas arborizadas não serão suprimidas, assegurando qualidade de vida para toda a população.

Disse ainda que gostaria de ouvir uma outra proposta como contrapartida, por parte da EMAE, até de investir no social no município, objetivando suprir outras carências a serem determinadas.

Novamente com a palavra, o Prefeito Raul reiterou que a construção da usina não acaba com a poluição, que é o grande problema do município, mas acaba com a geração da espuma. Como a concentração da espuma é prejudicial à saúde, além do aspecto visual negativo, que foi largamente explorado pela mídia quando dos acontecimentos de dois anos atrás, quando a espuma cobriu a ponte, a sua extinção já trará um grande benefício à comunidade.

Citou que sempre “teve um pé atrás” com relação a todos os projetos mirabolantes para acabar com a poluição. Deu o exemplo da idéia de colocação dos aspersores da Sabesp para abaixar a espuma, que nasceu numa grande reunião que houve das entidades ambientais e dos municípios da Região Metropolitana e Pirapora. “Tinha um pessoal da SOS Mata Atlântica que defendia os interesses claramente do lado da Billings e não queria que fosse discutida a reversão do bombeamento. E aquele famoso artigo, na Constituição do Estado – que acho que isso é um crime contra o meio ambiente e contra a vida das pessoas – que não permitia mais o bombeamento de água poluída para a Billings e, com isso, toda a água poluída de São Paulo, por esgoto, passou para o nosso lado.”



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

“Nada contra não poluir a Billings, mas é uma lei constitucional que beneficia uns e tornou o morador da nossa região de uma classe mais baixa do que quem mora lá do lado da Billings”. Citou as várias reuniões que houve, em que sempre se falou de como acabar com a poluição e de onde partiu a idéia, dada por um piraporano de aspergir água limpa do ribeirão que corre ao lado da barragem. Idéia essa que foi abraçada pelo pessoal da SOS Mata Atlântica e que resultou nos aspersores da Sabesp. Mas complementou, dizendo que “quem mora em Pirapora, quem vive aqui e a grande maioria das pessoas do turismo religioso, quem vive indiretamente, quem respira e participa do dia-a-dia da cidade sabe que só o efeito de acabar com a formação de espumas já é, para Pirapora, um motivo de comemoração por muitos e muitos anos, porque perdemos turistas e visitantes com isso. A espuma é uma coisa impressionante, porque ela se forma no ar bonita, branquinha, mas, onde ela pára, forma uma graxa preta e não há quem tire essa bendita dessa espuma. Joga-se água, e a espuma forma-se de novo. A Sabesp fez um estudo, na visita do Governador, no ano passado, e não conseguiu definir um detergente que tirasse a espuma dos paralelepípedos do Portal dos Romeiros, que é o monumento de referência para as romarias que vêm à Pirapora”, porque com a graxa que se forma, se uma pessoa estiver calçando um sapato mais folgado, ao pisar na espuma, ficará com o sapato preso nela.

Testemunhou que ficou muito esperançoso quando viu o teste na USP, demonstrando a drástica diminuição da espuma, bem como o que acontece na Usina de Rasgão, com a água passando pelas turbinas.

Finalizou, dizendo que vê duas situações. Uma, para acabar com a poluição do rio Tietê, que é algo de longo prazo, pelo que é necessário continuar lutando. A outra é o projeto da usina que resolve o caso da espuma, do turismo e, em parte, da saúde, pois a espuma concentra o poluente. Assim, pediu ao Subcomitê que não ficasse divagando sobre acabar com a poluição, pois iriam ficar, talvez, mais 50 ou 100 anos discutindo sobre a poluição. Deu, como exemplo, o que está acontecendo no ABC, onde há uma estação de tratamento de esgoto que não está sendo utilizada porque tem, há anos, uma briga da Sabesp com os municípios para ver quem vai investir na construção do tronco coletor que vai levar o esgoto à estação. Enquanto isso, Pirapora está recebendo todo esse esgoto.

Resumiu, dizendo que acredita que a sociedade civil deve se organizar, bem como os prefeitos e os municípios que sofrem com a poluição, e continuar com essa mobilização para acabar com ela, mas sem perder o foco sobre a situação. É sabido que “a usina não é o sonho do ambientalista, não é o sonho do piraporano, mas sabemos que este empreendimento, aqui, vai acabar com o grande problema que nós temos, hoje, que é a espuma. Acho que, com a poluição, vamos continuar a briga. Eu pediria o apoio do Comitê porque estou acompanhando esse pedido de licenciamento na SMA, desde o final do ano passado – falei com o Secretário, com o Secretário-Adjunto; eles atendem muito bem e não tenho nenhuma queixa do atendimento da SMA – mas, acabei ouvindo coisas que acho um absurdo”, como, por exemplo: atrasou um mês e pouco porque a pessoa, que toma conta, saiu de férias. Tem que esperar a pessoa voltar. Na oportunidade seguinte, disseram que “agora vai acertar”. Passou-se mais um mês. O Prefeito voltou lá e pediu informações. Nessa ocasião, ouviu da pessoa responsável pelo Departamento que vai dar o Licenciamento Prévio: “Prefeito, agora vai agilizar, pode ir sossegado”...



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

”Aí, eu recebo uma carta em que a SMA pede para passar na reunião do Subcomitê o projeto, para depois encaminhar para eles de volta”. ”Acho muito válido... mas, não haveria uma necessidade”. A preocupação do Prefeito é de que se passe mais um tempo e a única pessoa que dá a licença saia novamente de férias e assim continue o problema, ficando mais um ano e pouco. Reiterou o pedido para que o Subcomitê agilize a sua participação, pois tudo é importante: a luta pela despoluição, o plantio de vegetação e tudo o mais. Mas, o mais importante e mais fácil imediatamente é acabar com a espuma. E isso é possível como ficou demonstrado pelo estudo da USP.

Recebeu a palavra o Presidente da Câmara de Pirapora do Bom Jesus, Sr. Geraldo Bugallo Gomes, que, após os cumprimentos e saudações de praxe e se apresentar, ratificou as palavras do Prefeito Raul, principalmente no que diz respeito à criação da usina, que virá a eliminar o problema da espuma, fazendo com que Pirapora deixe de ser conhecida como a “cidade da espuma”. Concordou também com a Dra Meire no que se refere ao problema da poluição causado pelo rio. Lembrou que, com relação a impacto, mais do que qualquer impacto ambiental – que será mínimo – deverá se pensar no impacto positivo que essa obra causará para os habitantes de Pirapora, uma vez que o município está morrendo em função do crescimento dos doze ou mais outros municípios que mandam a poluição que vai parar em Pirapora.

“Nós já tivemos reuniões na Assembléia Legislativa, com a Comissão de Meio Ambiente. Falar é fácil, viver em Pirapora é que é difícil. Sentir os efeitos do que a poluição e as espumas trazem ao nosso município é que é difícil. A Cetesb colocou e eu solicitei ao sr. Lineu José Bassoi – não sei se tem algum representante da Cetesb hoje, aqui – mas, ela colocou um aparelho para medir – é um aparelho que analisa o enxofre total reduzido, que a poluição do rio emite em nosso município – e eles fizeram uma medição nos períodos de 2004, de 28/04 a 01/06 e, de novo, 09/08 a 13/09, e levaram o aparelho embora por que ele quebrou e não o trouxeram mais. Assim, não consigo ter esses dados. Então, eu gostaria de perguntar aqui, à Vice-Presidente do Subcomitê, o que o comitê fez para que essas cidades, que, na realidade, geram essa poluição que passa à porta de Pirapora, porque Pirapora tem a sua peculiaridade, como o Prefeito colocou, de ser um município que vive do turismo e não da indústria, e a gente não consegue ter turismo no município por ser conhecido pela poluição, pela espuma ou pelo que quer que seja. Notoriamente, o município decresceu com essa situação, os comerciantes perderam sua renda, o povo perdeu o poder aquisitivo; o povo muitas vezes se encontra, hoje, em situação deplorável em virtude do que era e o que foi Pirapora”.

“Eu queria saber o que o Comitê fez para cobrar desses municípios – porque hoje estamos desenvolvendo um projeto, na câmara Municipal” ... “e eu preciso desses subsídios e nós pedimos esses subsídios à Cetesb, e vindo de vocês, do Subcomitê, também acrescentará a nós nesse projeto – o que foi feito para que se tome providências com relação a esses municípios para que eles paguem, sejam multados ou autuados pelo seu crescimento em detrimento do nosso município? Pois acredito que, nesse projeto, que nós estamos desenvolvendo na Câmara Municipal, esses municípios têm de ser responsabilizados e o Governo tem de criar um Fundo de Amparo, de Apoio para Pirapora do Bom Jesus, porque qualquer pessoa de nível médio sabe que, antes de vinte anos, nós não teremos, nem em sonho, uma despoluição desse rio”.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Sugeri, então, que o Governador deve criar, juntamente com esses municípios, que eles gerem uma receita para Pirapora, para que o município possa ter alguma compensação pelo que está sendo feito ou já foi feito contra Pirapora.

Concluiu perguntando ao Subcomitê qual medida, nesse período, foi tomada ou se foi tomada alguma para que haja efetivamente uma compensação ao município de Pirapora por toda a poluição que recebe do ABC, da Grande São Paulo e de outros municípios.

O Dr. Bolognesi pediu a palavra, antes das respostas às perguntas, para fazer uma importante colocação. Com relação ao que falaram o Sr. Astrogildo e a Dra. Meire sobre poluição, ele esclareceu que o empreendimento proposto está equacionado através de uma equação econômica muito simples: que a receita da venda da energia vai pagar o investimento que vai ser feito, os custos de operação do empreendimento e mais todos os compromissos que forem assumidos. Pelos valores atuais de energia, existe um limite até aonde o empreendedor pode ir. A EMAE está praticamente no limite nesse empreendimento. Apesar de não ter que se pagar pela compra ou desapropriação dos terrenos para a formação do lago, não é uma obra barata, pois tem de ser feita com tudo funcionando, tendo, dessa forma, características que uma usina nova não tem para ser construída, como por exemplo, para fazer um túnel ou fazer a tomada d'água. Dessa forma, salientou a importância de que fique claro que essa não é uma obra social, mas, sim, uma obra com um importante significado social. É um empreendimento como outro qualquer.

A principal razão pela qual todos devem torcer para que ela aconteça é que a obra tem um importante impacto social. Com relação à poluição, o Dr. Bolognesi completou dizendo que, como o Dr. Raul disse, não é com a usina que se vai resolver esse problema, pois ela é um empreendimento de geração de energia elétrica que vai ter o privilégio de poder eliminar o problema da espuma na região de Pirapora. Não tem nada a ver com a poluição da água. Mencionou também a importância de que o modelo feito pelo estudo científico realizado pela USP ainda esteja montado, de maneira que qualquer cidadão que queira conhecê-lo poderá ir lá para ver como funcionará a usina e se propôs a viabilizar a visita a quem quisesse. Levantou também a questão do cheiro, explicando que, em função da decomposição de matéria orgânica proveniente dos esgotos, esse material gera gás sulfídrico, que tem como principal componente o enxofre. Esses gases vêm à superfície, sob a forma de pequenas bolhas. Na barragem, com a movimentação da água, há uma concentração maior de gases, provocando, assim, o mau cheiro. Não havendo essa turbulência, haverá uma drástica redução do mau cheiro.

Informou que essa equação econômica será realizada em parceria com um investidor que tem R\$ 70 milhões que, conjuntamente com a EMAE, contratará a obra dessa usina. Ao longo de 30 anos, esse dinheiro irá retornar para o investidor. Dessa maneira, salientou mais uma vez que não é uma obra simples, mas que há investidores interessados, e que o resultado da venda da energia será revertido para pagar o investimento, os custos, impostos, etc.

Retomou a palavra o Secretário Executivo, respondendo à Dra. Meire com relação aos impactos ambientais. Disse que a EMAE procurou sempre as soluções que causassem o menor impacto possível, mas que, entretanto, toda obra de engenharia sempre tem algum impacto.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Procurou-se, por exemplo, para minimizar os impactos, construir uma estrutura parecida com uma ponte, atravessando o rio para chegar ao local da obra, ao invés de remover famílias e impermeabilizar vastas áreas de preservação permanente; o alteamento das torres para reduzir os cortes das árvores. Entretanto, se é obrigado a cortar alguma coisa – infelizmente linhas de transmissão não convivem bem com árvores.

A proposta do parque, na cidade, vai ser em uma área de preservação permanente. Portanto, esse parque vai ser protegido legalmente e vai atender a população do município, mas vai ser também uma área de proteção ambiental. “Tem uma hora que não tem jeito. Infelizmente, tem uma hora que você vai cortar porque é onde estava passando a linha, só que se fez a opção de se cortar o menor (número) possível”.

“Quanto a transplantar as árvores, tem uma hora que elas não agüentam. Tivemos a experiência, há dois anos, dentro da sede da EMAE, onde transplantamos árvores. Perderam-se todas”. Apesar de todo o cuidado possível com o transplante, elas morreram. “Às vezes, é preferível você plantar – não vai ser mudinha – vai ser plantar uma muda num porte de 1m a 1,5m e cuidar delas para que depois elas virem uma nova mata. Quanto à diversidade, eu garanto que a opção é fazer a maior diversidade possível no plantio. Não é plantar só uma espécie para virar uma mata de eucaliptos, por exemplo. É fazer um plantio com a maior diversidade e quem vai se manifestar sobre isso é o DEPRN. Ele vai dizer qual é a forma correta sobre o plantio. Agora, sua sugestão vai estar registrada e aí o órgão ambiental vai se manifestar sobre ela. Isso é garantido”.

Foi dada a palavra, em seguida, ao Sr. Wendel Tertuliano, que se apresentou como peão de obra, dizendo que conhecia bem a espuma de Pirapora, principalmente pintando as casas. Disse também que os moradores, que moram junto ao rio, não conseguem chegar aos quintais de suas casas, por causa do acúmulo de sujeira deixado por ela. Informou ainda que, com relação à poluição, há alguns anos, Pirapora tinha um dos maiores índices de mortalidade infantil de toda a região. “Hoje, é o menor. A poluição continua, mas em nível mais baixo. Essa obra é importante para Pirapora. Seja órgão, seja quem for que tiver que assinar, que mande assinar logo. É isso que eu quero dizer para vocês”.

Novamente com a palavra, a Dra. Meire disse que, há dez anos, representa a OAB e que hoje é a Vice-Presidenta da Comissão de Interesses Difusos e Coletivos da Subseção Osasco e que vem atuando como conselheira, no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Tietê, que vai de Salesópolis até Santana do Parnaíba, não chegando a Pirapora do Bom Jesus, compreendendo doze municípios dessa sub-região, além de representar a OAB em todos os projetos de impacto ambiental e social no Estado de São Paulo. Dessa forma, disse sentir-se muito à vontade para estar conversando com todos na plenária e dando sua opinião a respeito desse empreendimento. Disse que se sentia orgulhosa de estar nessa reunião porque tem muito orgulho do Prefeito Raul, pois ele foi o Prefeito que foi humilde, sensato e vem acompanhando todo o trabalho ao longo desse biênio. Ele foi o primeiro, porque “os outros se sentiam soberanos e pensavam e pensam ainda, talvez, que fossem reis e nós súditos. E não é nada disso. Então, eu vi no Prefeito Raul, uma postura de político, de homem preocupado com seu município. E a satisfação foi de poder trabalhar com um representante de um dos municípios mais afetados”.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

E, por outro lado, eu vejo aqui que vocês têm o patrimônio histórico e um patrimônio natural, de riqueza natural mesmo: florestas. Vocês têm ainda áreas que dão possibilidade de o município crescer de uma forma ordenada. Porque temos conhecimento de municípios da região metropolitana terem crescido de forma desordenada, por falta de conhecimento de seus gestores políticos, seus prefeitos, seus vereadores”.

Disse ainda que o uso e a ocupação do solo é atribuição do município, de tal forma que se ele não souber dar valor ao seu solo, vai trazer problemas.

Dessa forma, “eu fico felicíssima de ver a sua preocupação e a preocupação do Prefeito Raul, que é a nossa preocupação dentro do Subcomitê. É a nossa responsabilidade. É isso que nós estamos cobrando ao longo de todos esses anos. Que Pirapora do Bom Jesus pare de ser afetada por toda essa falta de responsabilidade e omissão do Poder Público Federal, Estadual e de todos esses municípios que eu já mencionei. Então, vamos cobrar responsabilidade, sim. E a sua idéia é muito importante: tem que ter um subsídio para dar possibilidade, porque o município, com todos esses problemas ambientais e todos esses impactos, tem prejuízos econômicos. Então, o Estado tem o dever, se os municípios que contribuem com a poluição do rio aqui também têm que contribuir com um percentual sobre seus orçamentos para que venha para Pirapora do Bom Jesus”.

“Essa minha maneira de falar, é uma maneira irreverente, que pode parecer agressiva, mas o que estou fazendo aqui, junto com o Prefeito, junto com o vereador, é que eu quero defender o interesse dessa população. Eu quero defender os recursos naturais que vocês têm aqui. Porque hoje o recurso natural vale dinheiro. Foi aprovado, recentemente, o Protocolo de Kioto, em fevereiro. Então, toda área florestada pode ser negociada com governos estrangeiros, porque eles poluíram, eles acabaram com todos os seus países e, hoje, eles têm de comprar crédito de carbono. Então, as áreas verdes, as áreas que tenham expressão – que tenham expressão: não é capoeirinha, não é moitinha e nem é plantação de capim. Áreas expressivas vão ter grande valor econômico para seqüestro de carbono. O Ministério do Meio Ambiente também tem projetos para reflorestamento de áreas – PPG 7. Se o município estiver interessado, pode apresentar projeto até junho. Tem dinheiro em dólar. Hoje, o biogás, para municípios que têm o lixão – exemplo: municípios que tenham 1.000 toneladas diárias, podem ampliar a receita do município em US\$ 2 milhões anuais”.

“Agora, é isso que eu quero mostrar para vocês: vocês precisam preservar o patrimônio histórico e o patrimônio natural, que vocês têm aqui – as nascentes, as florestas – tudo o que vocês puderem, porque vai ser vantagem para vocês e vocês vão crescer economicamente. Então, quando eu vejo um empreendimento, que vem para cá, e que vai investir R\$ 70 milhões e diz que 0,5% vai ser o plantio de 3 mil mudas, é uma falta de consideração, porque 0,5% é, no mínimo, porque o SNUC diz que o percentual é, no mínimo 0,5%. Num empreendimento de R\$ 70 milhões, se você aplicar 0,5%, no mínimo, quanto que é isso em dinheiro? Então, qual é o investimento que dá para fazer na cidade, com o problema da saúde – de repente, a construção de um hospital? Então, é aí que eu falo da responsabilidade social do empreendedor, porque ele não está fazendo isso só para reduzir a espuma – e a gente quer que reduza essa espuma, que acabe com essa espuma. Nós não queremos que reduza só a espuma. Vocês vão ter vantagens econômicas com isso, porque, se não, vocês não fariam isso só para reduzir a espuma que está incomodando toda essa população ao longo de todos esses anos e trazendo prejuízos à saúde de toda essa população”.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

“Então, quanto é que vocês vão lucrar economicamente e qual a contrapartida, como responsabilidade social, que vocês podem dar para essa população”?

“Então, é dentro dessa linha, gente. Vamos pensar: vocês não estão fazendo um favor em reduzir a espuma e eu quero saber qual é a contrapartida que o empreendedor pode dar. E cobrar responsabilidade de todos os outros municípios, sim. Nada de subserviência. É cobrar responsabilidade porque vocês são os prejudicados. E vocês têm um patrimônio maravilhoso aqui, que pode crescer com dignidade e pode se tornar um dos municípios que tem o mais alto padrão dessa Sub-região. Eu estou favorável a acabar com a espuma, mas não é assim. Vamos ter vantagem econômica. Quero saber qual vai ser a contrapartida. Qual é a compensação”.

Foi passada a palavra ao Sr. Sano, da Secretaria de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, que fez um esclarecimento com relação à colocação do vereador Bugallo, referente à medição feita pela Cetesb. Ele informou que essa medição foi feita por solicitação da própria Secretaria de Saúde do Município em conjunto com o Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo, porque sempre se fala em poluição em Pirapora, sem uma conclusão científica. Assim, preocupados com isso, solicitaram essas duas medições à Cetesb. Elas têm um porquê. Na verdade, não houve quebra dos aparelhos, mas sim, foi feita uma medição no inverno e outra no verão. Conjuntamente com essas medições da Cetesb, foi feito um estudo epidemiológico na cidade, nesses dois períodos: no inverno, que é o período mais crítico, e no verão. Já existem alguns resultados preliminares que mostram que, no verão, quando o problema é menor, os níveis do gás sulfídrico – que é o alvo dos estudos – já ultrapassavam os limites toleráveis. Informou que não há parâmetros para recintos abertos. Só fechados.

No inverno, o mesmo estudo foi repetido e já há alguns resultados. Foi feito um estudo dentro da cidade, junto à população, que está tendo seus resultados tabulados. Ao mesmo tempo, foi feito o mesmo estudo na cidade de São Lourenço da Serra, que tem as mesmas características sócio-econômicas de Pirapora do Bom Jesus, sem ter a poluição do rio. Dessa forma, poderá ser feito um comparativo de uma cidade com e uma cidade sem poluição de rio.

Assim, informou que a medição, que a Cetesb fez, não seria permanente, mas temporária, e que os dados do resultado dos estudos deverão estar disponíveis, em pouco tempo, na própria Secretaria de Estado.

Na verdade, essa foi uma iniciativa da Secretaria de Saúde de Pirapora para provar a existência de poluição, que se faz necessário para aprovação de projetos, porque todos os projetos são barrados porque dizem que há poluição, mas não está provado que ela faz mal.

Complementou, fazendo uma pergunta sobre impacto ambiental, pois ele sabe que, quando há uma barragem como esta, para contenção de enchentes, não há preocupação com poluição. Mas no caso de uma barragem para geração, lhe parece que deva haver uma contenção dos poluentes que vêm da Grande São Paulo, como móveis, animais mortos, garrafas, etc.

O Secretário Executivo, Dr. Carlos Nascimento, propôs que se ouvissem todas as perguntas para respondê-las.

D<sup>a</sup> Carmen, arquiteta da Prefeitura de Santana de Parnaíba e que trabalha no Subcomitê, declarou e justificou seu voto, dizendo que é a favor desse projeto, pois acredita que Pirapora do Bom Jesus vai ser beneficiada com a diminuição das espumas e com o aumento de receita.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Deixou claro, também, que, se o rio chega poluído, da maneira que chega, uma das grandes responsáveis é a Sabesp que não trata o esgoto, que é cobrado na conta. E que esse esgoto também prejudica a EMAE, que tem uma despesa maior na conservação de seu equipamento porque o esgoto corrói a parte metálica, além de ser necessária uma rede para segurar objetos como sofás, jegues, etc, que descem rio abaixo. Dessa forma, não acredita que seja adequado responsabilizar a EMAE pela poluição. Acredita que as pessoas devam ficar felizes porque a EMAE provou que sua atividade pode diminuir a quantidade de espuma e porque uma cidade pobre, como Pirapora, terá aumento de arrecadação.

Teve a palavra o Sr. José Henrique Borba, Secretário do Meio Ambiente de Carapicuíba, que perguntou ao Presidente se haveria votação. Com a resposta afirmativa e como precisaria se ausentar, deixou consignado seu voto a favor da população de Pirapora, naturalmente, então, a favor do empreendimento da EMAE, que ele acredita ser um benefício não só para a população de Pirapora, como também para o entorno.

Com a palavra, a Sra Márcia Maria do Nascimento, da SMA, questionou sobre uma avaliação mais definida com relação às atribuições do Subcomitê, dizendo que ele tem tido um papel importante durante esses anos, por sua posição bastante desfavorável em relação à região metropolitana. Como ela é da SMA, atua junto a outros Subcomitês do Alto Tietê e verifica que é uma situação bastante prejudicada. Mas, fica satisfeita de ver que, talvez em curto prazo, haja um projeto que possa trazer uma solução ambiental favorável. Com relação à atribuição do Subcomitê, ele tem o papel de levantar algumas questões para que o órgão ambiental pontue em sua avaliação do projeto. Acredita que, nesta fase, ainda se tem uma situação bastante preliminar, por se tratar de um RAP (Relatório Ambiental Preliminar), que pode ou não vir a ser objeto de uma compensação, conforme estabelecido pelo SNUC. De antemão, ela acredita que a EMAE está tendo uma posição de se colocar favorável a uma compensação ambiental e a uma contrapartida a mais do que, necessariamente, ela pode vir a ter. Acha que isso é um bom começo, pois é uma forma de estar tratando a questão positivamente, além de ter já um projeto. Acha que deve ter uma atenção maior da atribuição, por não estarem sozinhos nessa avaliação e que as considerações que existiram nessa reunião vão estar sendo levadas em consideração pelos órgãos competentes.

Perguntou, também, em relação à redução das espumas, tendo uma alteração da condução da água através do confinamento no túnel, se existe algum dispositivo de monitoramento ou de proteção contra acúmulo de gases produzidos no confinamento.

Paulo Vitor, da EMAE, respondeu dizendo que quando a água é turbinada, transforma-se em energia potencial, isto é, aquela que se origina quando se solta um objeto de uma determinada altura e ele ganha velocidade até chegar no chão. Isto é a transformação da energia potencial gravitacional em energia cinética. Explicou que uma usina hidroelétrica funciona ao fazer a água descer pelo tubo e ganhar velocidade, sendo essa velocidade utilizada para transformar essa energia cinética, ou seja, energia associada à velocidade, em energia elétrica. Essa transformação é tão eficiente que chega a algo como 98%. Ou seja, 98% da energia potencial da água são transformados em energia elétrica ou, então, em calor.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Dessa forma, quando a água sai pelo canal de fuga, sai com a velocidade de 1m por segundo, tendo o fluxo que ser o mais estável possível, para que o rendimento da usina seja o melhor possível. Dessa forma, a produção de gases, na saída da sucção, é muito baixa.

Respondendo a pergunta do Sr. Sano, o Sr. Carlos Nascimento, disse que a EMAE, como salientado pela sra. Márcia, é vítima da poluição do rio e que, para todo esse lixo que desce, há estruturas ao longo do rio que o retêm, e que, depois, é levado para um aterro. Para a usina de Pirapora terá que se pensar em algo semelhante, apesar de que a máquina que vai ser aí colocada já é especial para esse tipo de material que desce o rio. É uma turbina mais robusta para agüentar esse tipo de poluição que desce o rio.

Foi passada a palavra para o ex-vereador, Sr. João Dulce que disse que o projeto apresentado pela EMAE deveria ser apoiado pelo Comitê, porque pessoas que, como ele, tiveram oportunidade de participar de inúmeras reuniões sobre o rio Tietê, que estiveram no Instituto de Engenharia de São Paulo, na USP, em várias reuniões, buscaram sempre a luta pelo Tietê e sabem que, em razão do art. 46 das Disposições Transitórias, proibindo o bombeamento para a Billings, graças a um lobby do ABC, passaram a sofrer esse impacto ambiental existente em Pirapora do Bom Jesus. Disse, também que, havendo participado de centenas de reuniões, vê esta como positiva, por causa da canalização da água da barragem através da tubulação para a usina, eliminando a espuma e os efeitos do gás sulfídrico. Assim, ele dá o seu e pede o apoio do Comitê para que essa obra seja realizada o mais rapidamente possível.

Com a palavra o Sr. Ailton Esperandino, representante da Faculdade de Ciências da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco declarou seu voto francamente a favor do projeto, pensando na necessidade do município e entendendo que, às vezes, o ótimo é inimigo do bom. Por não se ter o ótimo, perde-se a oportunidade de se ter o que é bom. Como poluição é coisa de longuíssimo prazo, acredita que se deva ir passo a passo: poluição é coisa de longo prazo e não pode ser resolvida aqui; mas é possível resolver-se o problema da espuma. Assim, vamos fazer já.

Foi passada a palavra ao Sr. Plínio, da Secretaria de Turismo de Pirapora, que gostaria de saber, por terem o Parque de Esportes Radicais, se essa linha de transmissão não vai atrapalhar a prática vãos livres.

O Presidente da Câmara, vereador Bugallo, pediu que se informasse à Cetesb sobre os aparelhos, pois foi ela que informou a quebra deles. Informou que estava feliz com a iniciativa da Secretaria da Saúde do Município como também do Executivo para a obtenção dos dados, mas externou sua preocupação com a dificuldade em sua obtenção.

O Sr. Carlos Nascimento respondeu à pergunta do Sr. Plínio, dizendo que, além da linha de transmissão ser muito curta, ela vai chegar a uma outra linha, da Eletropaulo, já existente. Assim, não trará qualquer problema para a prática de vãos.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Passada a palavra ao Sr. Presidente, ele colocou em votação a moção, pedindo aos membros do Subcomitê, que estivessem de acordo com o projeto, que permanecessem sentados e, os que fossem contrários, que se levantassem.

Foi aprovada por unanimidade, excetuando-se a abstenção da Dra. Meire.

Continuou o sr Presidente, dizendo que: “Para os membros do Subcomitê da bacia, que queiram conhecer o local onde vai ser construída e implantada a usina, aqui na barragem de Pirapora, a EMAE tem na porta, depois da reunião, um veículo para quem quiser conhecer. A gente vai pedir licença aos moradores do município e também àqueles que não são votantes da região, para que, aqueles, que estão, hoje, assinando a moção e que não conheçam ainda o espaço onde vai ser construída a usina, possam conhecer”.

O Secretário Executivo informou que, como havia ainda diversos informes, em função do adiantado da hora, eles seriam passados por e-mail para todos e, para aqueles que não têm e-mail, que são duas pessoas no Subcomitê, será mandada uma correspondência relatando. O único informe que é necessário ser dado é o que se refere a um e-mail, recebido há pouco mais do que um mês, com um documento. É de um empreendimento sobre melhoria da qualidade das águas. Para isso, havia um prazo para resposta. Entretanto, o Subcomitê de Pirapora, como do Billings-Tamanduateí e pelo Cotia-Guarapiranga adotaram o critério de solicitar ao empreendedor para fazer uma exposição sobre esse projeto de melhoria de qualidade das águas. Porém, o empreendedor precisa de um aval da SMA para fazer essa exposição aos três subcomitês. Ao mesmo tempo, foi encaminhada uma correspondência ao DAIA, pedindo uma prorrogação do prazo para manifestação do Subcomitê Pinheiros-Pirapora, em função desse pedido. O Secretário aproveitou para agradecer a presença de todos e passou a palavra à Dra Meire e ao Prefeito Raul, para encerrarem a reunião.

A Dra Meire agradeceu a atenção e reiterou ser motivo de grande satisfação o Prefeito Raul ser o único prefeito que se portou com humildade junto ao Subcomitê, comparecendo a todas as reuniões, contribuindo e trabalhando com todos, durante os dois últimos anos.

O Prefeito Raul ponderou que esta deverá ser a última reunião antes da eleição e cumprimentou todos os participantes, os moradores do município – preocupados com a questão ambiental – as lideranças, os vereadores, o Presidente da Câmara, os vereadores Edilson e Ube, como também os que já haviam se ausentado por terem outros compromissos, e todos os membros da sociedade civil presentes. Cumprimentou e parabenizou todos os técnicos da EMAE, através do Dr. Bolognesi, e, finalmente o Sr. Carlos e a Dra. Meire, que participaram desta gestão que se encerra nesta última reunião.

Cumprimentou o Secretário Executivo pela sua atenção e dedicação, sempre atento aos rumos do Subcomitê, bem como à Dra Meire, que sempre foi atuante e trouxe polêmicas que ajudaram a resolver muitos problemas.

Despediu-se de todos, desejando boa sorte ao próximo presidente do Subcomitê, ressaltando que este teve ganhos importantes nas questões de Carapicuíba, da lagoa, do Rodoanel, etc.



**Subcomitê da Bacia Hidrográfica do  
Alto Tietê Pinheiros - Pirapora**  
Rua Major Paladino, 300  
Vila Leopoldina - 05307-030 - SP  
Fone: (11) 3838-6001/6003  
Fax: (11) 3836-3164  
carlos.nascimento@emae.sp.gov.br

Ressaltou a importância do papel do Subcomitê quando as espumas invadiram as pontes, com o contato com o Promotor de Justiça de Barueri, representando o Ministério Público, Dr Marcos Lira, que impetrou uma ação de indenização, posteriormente derrubada na Justiça. O Subcomitê também foi importante pela aprovação de uma verba de mais de R\$ 200 mil, que fez com que fosse automatizado todo o sistema de monitoramento das espumas de Pirapora. Disse que muito foi feito e muito há por fazer.

Finalmente, em nome de toda a população, agradeceu aos membros do Subcomitê a aprovação dessa moção que vai ajudar muito, tanto a Prefeitura como a Câmara de Vereadores, cobrarem uma agilização desse processo nos órgãos governamentais, para que se possa ficar livre dessa espuma. E deu por encerrada a sessão.

Assina a presente ata, gravada e transcrita por TechTrade – Traduções e Eventos, o Secretário Executivo, Sr. Carlos Eduardo Guimarães do Nascimento.

Secretaria Executiva do SCBH-AT/PP